HAL
open science

SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU: O IMPACTO DE UMA GRANDE OBRA

François-Michel Le Tourneau, Bastien Beaufort

To cite this version:

François-Michel Le Tourneau, Bastien Beaufort. SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU: O IMPACTO DE UMA GRANDE OBRA. AMAZÔNIAS BRASILEIRAS situações locais e evoluções, In press. halshs-02181515v2

HAL Id: halshs-02181515

https://shs.hal.science/halshs-02181515v2

Submitted on 8 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU: O IMPACTO DE UMA GRANDE OBRA

F.-M. Le Tourneau
B. Beaufort

A vila de São Francisco do Iratapuru havia sido incluída na amostra dos sítios na primeira fase do projeto DURAMAZ, em função de uma parceria inovadora que estabeleceu com a multinacional brasileira de cosméticos Natura. Se tal aliança ainda se mantém, a maior parte das mudanças registradas, desde 2007 nas condições de vida e na economia local, não foram ligadas a ela e sim à construção de uma hidrelétrica próxima. A presente análise permite dar conta das consequências de tal implantação e, de modo geral, versam uma luz sobre o impacto da construção de grandes infraestruturas em pequenas comunidades.

Apresentação da área de estudo

▪ Histórico do sítio e conclusões do projeto DURAMAZ 1

A vila de São Francisco do Iratapuru localiza-se na confluência entre o rio Iratapuru e o rio Jari, no Amapá. Já no século XIX, após séculos da presença indígena, a área era ocupada por coletores de produtos extrativistas, como a castanha-do-pará. Da virada do século XIX até os anos 1950, a região pertenceu ao império fundiário de José Júlio, que possuía um monopólio sobre venda dos produtos extrativistas e sobre a importação de bens industrializados (LE TOURNEAU; GREISSING, 2010; GREISSING, 2012; LE TOURNEAU et al., 2013). Após uma breve dominação por empresários portugueses, a área passou a pertencer ao bilionário americano Daniel Ludwig, que desenvolveu uma cadeia de produção de celulose para papel, com imensas plantações e uma fábrica sediada em Monte Dourado. Tal

projeto propiciou uma transformação radical da região ao sul do Iratapuru, mas pouco teve efeito na área do rio em si, por tratar-se de uma zona de difícil acesso. Os habitantes sofreram consequências indiretas, em especial novas possibilidades de emprego na cidade, mas também uma maior pressão sobre o meio ambiente e mudanças sociais devido à influência das áreas urbanas.

Até o final dos anos 1980, os habitantes do Iratapuru permaneceram dispersos ao longo do rio. Se congregaram na foz deste, a partir de 1988, tanto para pleitear a construção de uma escola e de um posto de saúde, quanto para criar uma primeira cooperativa – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) – destinada a transformar o seu principal produto, a castanha-do-pará, e com isso agregar valor e conseguir melhores preços no mercado. Apesar de dificuldades, a cooperativa prosperou durante os anos 1990, em parte em razão de um importante suporte do governo estadual do Amapá, no âmbito do "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá" (PDS/AP) criado pelo então governador João Alberto Capiberibe. Este criou uma imensa RDS (Iratapuru, 806 000 ha) em benefício da população local e ajudou investimentos externos, em particular do Programa PPG-7, que financiaram a construção de uma fábrica de biscoito de castanha na Vila. A produção desta era comprada pelo governo para a merenda escolar. No entanto, em 2002, fortes dissensões na comunidade levaram ao quase desaparecimento da cooperativa, enquanto a usina foi devastada por um incêndio.

É nesse contexto que começa a segunda experiência de desenvolvimento sustentável na Vila de São Francisco. Interessada tanto pelos produtos extraídos da floresta (breu branco e castanha-do-pará), quanto pela história da região e pela sua preservação quase total, a multinacional brasileira de cosméticos Natura conclui, em 2003, uma parceria inovadora com a COMARU. Nela, a firma não somente se comprometeu em comprar os produtos por preços bem acima do mercado (também por causa do alto custo de produção no local), como também abriu à comunidade o acesso a um fundo social alimentado

por uma fração do valor faturado em cima de produtos, usando os insumos comprados localmente. Tal iniciativa respondia também às exigências de repartição de benefícios prevista dentro da lei sobre acesso à biodiversidade a partir de 2001. Desde então, e apesar de um funcionamento um pouco caótico no início, o fundo (que recebeu no total mais de R$ 7 milhões) serviu para bolsas de estudo, construção de campo de futebol, construção de infraestruturas para facilitar o escoamento da produção de castanha, etc. A parceria com a Natura foi o foco principal da fase 1 do projeto DURAMAZ, no Iratapuru.

A situação mudou bastante desde 2007. Uma hidrelétrica foi construída de 2011 a 2015 na cachoeira de Santo Antônio, 15 quilômetros a jusante da Vila. Em função da alteração do nível das águas por causa da barragem, a empresa Energia de Portugal teve que construir uma nova vila para os habitantes, o que modificou bastante as condições de vida no local. Também, a obra providenciou muitos empregos ligados à construção, o que alterou a economia local, mesmo que tais modificações fossem, provavelmente, temporárias. Anota-se que, apesar das obras, a acessibilidade da Vila não foi melhorada. Temendo uma invasão por parte de pessoas da cidade de Laranjal do Jari, os habitantes não quiseram que fosse construída uma estrada na margem esquerda do rio Jari. Na ausência de transporte público, salvo o caminhão da feira que leva os produtores na feira em Laranjal do Jari, o transporte tem um custo muito elevado, dificultando o acesso e, assim, mantendo a Vila isolada.

Figura 1: Mapa da área de estudo.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

▪ Qual é a configuração territorial e institucional do sítio de estudo?

A área usada pelos habitantes da Vila de São Francisco corresponde a maior parte da bacia do rio Iratapuru. Na medida em que este é muito encachoeirado, especialmente na parte baixa, a navegação torna-se complexa e os custos de produção dos produtos extrativistas são mais elevados do que em outras áreas, principalmente porque as colocações podem ficar muito

distantes da Vila; a mais distante fica a 100 quilômetros em linha reta, o que corresponde a dois dias de navegação.

A configuração fundiária é complexa. A parte norte é completamente inclusa na RDS do rio Iratapura, mas ao sul uma faixa, de aproximadamente 10 quilômetros de profundidade, encontra-se dividida entre dois estatutos. De um lado, pertence à Estação Ecológica (ESEC) do Rio Jari, Unidade de Conservação (UC) integral que proíbe a princípio qualquer atividade econômica; do outro lado, pertence à área fundiária da empresa Jari Florestal. Apesar desta última não querer explorá-la a curto prazo, inventários florestais foram realizados. Discussões existem para estender a RDS Iratapuru até a foz do rio, mas não se concluíram até agora.

Ecoando a configuração territorial, a configuração institucional congrega vários atores. Na Vila, divide-se entre a cooperativa COMARU, que encabeça as atividades econômicas, e a associação BIORIO, que responde pelos aspectos sociais. No entanto, um terço dos produtores da Vila não pertencem à cooperativa, e metade só comercializam parte da sua produção por meio desse canal. Além disso, se as relações entre as duas entidades são pacíficas hoje em dia, nem sempre foi o caso.

O governo estadual intervém localmente por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), representada pelo gestor da RDS. As suas competências em geral são extrapoladas ao território da Vila, apesar desta ficar fora da unidade. Desde 2010, o gestor é originário da comunidade, o que melhorou bastante a interface. O governo estadual também foi muito ativo nas discussões sobre as compensações ambientais.

Os atores institucionais não-governamentais incluem a empresa Natura, por meio do Fundo Natura (como tal fundo pode aceitar ou não financiar projetos, ele acaba orientando as opções locais) e a Fundação Jari, ONG criada e financiada pela empresa Jari, que conduz diversos projetos localmente (notadamente projetos apoiados pelo Fundo Natura que são manejados pela Fundação), mas cujo papel está diminuindo no local.

▪ A experiência de desenvolvimento sustentável observada durante o projeto DURAMAZ 1 ainda funciona? Foi apropriada localmente?

A experiência observada durante a primeira fase do projeto DURAMAZ foi a parceria entre a COMARU e a Natura que tinha duas vertentes: de um lado, o acordo comercial em torno de produtos extrativistas; do outro lado, o financiamento de ações de cunho social por meio do Fundo Natura. Essas duas frentes ainda continuavam durante os trabalhos de campo da fase 2 do projeto DURAMAZ, em 2014, mas em ritmo diferente. A parceria comercial está pouco ativa. As compras da Natura são irregulares em volume, no que diz respeito ao óleo de castanha-do-pará e no tempo em relação às compras de breu. Mas o principal problema é que apesar do suporte da Fundação Jari, a COMARU continua dependente da Natura como seu único cliente e não consegue abrir outros mercados para seus produtos, uma situação que poderia mudar nos próximos anos com investimentos do Fundo Banco do Brasil, em São Francisco. A atividade econômica ligada a essa parceria diminuiu bastante. Em 2014, somente 4, das 12 famílias que produziram castanha-do-pará, venderam a produção para cooperativa destinada à extração de óleo. As outras venderam para os atravessadores com quem sempre tiveram relação comercial, enquanto o objetivo final da parceria era de terminar a relação desequilibrada entre estes e a comunidade.

A atuação do Fundo Natura permanece sendo a face mais visível e mais ativa da relação com a Natura. Durante alguns anos, essa foi diminuta em função de entraves burocráticos, o que levou a uma certa desconfiança na comunidade sobre a vontade real da empresa de liberar os financiamentos. Desde 2010, a situação fluidificou-se e diversas realizações foram financiadas. Algumas tiveram como objetivo melhoramentos no processo de produção dos produtos extrativistas, tais como a construção de galpões ao longo do rio, ou de trapiches para carregar os sacos de castanha. Outras visaram a melhoria das condições de vida, como a compra de máquinas para limpar os gramados ou a reforma do campo de futebol. Outras, por fim, sem dúvida as mais ricas em potencial futuro, visam acrescentar o capital social, pagando bolsas para que

alunos da comunidade possam continuar a estudar fora da Vila. Essas bolsas foram as primeiras ações a serem desenvolvidas e têm consequências positivas no que diz respeito à melhoria do nível escolar das pessoas que nasceram na comunidade. Apesar de favorecer a migração para centros urbanos onde encontram empregos mais condizentes com a sua qualificação, hoje tem-se um retorno concreto com um novo projeto financiado pelo Fundo Banco do Brasil, cuja execução administrativa é assegurada pelos jovens formados com o auxílio das bolsas.

Figura 2: Equipe do novo projeto financiado pelo Fundo Banco do Brasil composta, em sua maioria, por jovens formados com bolsas do Fundo Social da Natura, junto ao Senador João Alberto Capiberibe, no centro.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Em relação à apropriação da experiência pela população local, o quadro parece incerto. Alguns princípios levados pela Natura ou impostos pela certificação ambiental (exigida pela Natura para poder comprar os produtos) parecem ter sido incorporados pelos coletores de castanha, como, por exemplo, maiores cuidados com as questões de lixo e poluição. No entanto, vários membros da COMARU acham que era melhor abandonar o selo *Forest*

Stewardship Council (FSC), pois acham ele muito pesado e cheio de regras "absurdas". Eles prefeririam outra certificação proposta pela própria Natura e mais conforme às suas práticas. Um exemplo de conflito é a questão dos cachorros de caça. A norma FSC proíbe o seu uso, enquanto ele é considerado como absolutamente tradicional e natural pelos coletores. De qualquer forma, conforme já ressaltamos, a maior parte da produção da Vila não está escoada pela cooperativa e sim por venda direta aos atravessadores, o que mostra que os resultados econômicos da parceria ainda são frágeis.

As intervenções da Natura, qualquer que seja a sua natureza, foram marginalizadas nos últimos anos pelas mudanças ligadas à construção da hidrelétrica de Santo Antônio. A construção da nova Vila, por si só, movimentou milhões de reais e os seus impactos, em termos de qualidade de vida, foram bem maiores do que os dos projetos mencionados acima. Além disso, a grande oferta de empregos diminuiu, consideravelmente, o número de produtores de castanha-do-pará durante vários anos. No entanto, é provável que a atividade seja retomada no futuro, com as obras sendo agora concluídas.

Por fim, anotamos que a comunidade de São Francisco também soube captar outros recursos públicos para melhorar o processo de produção da castanha, em especial na forma de créditos para construir galpões ao longo do rio para estocar e escoar a safra.

Síntese das informações

▪ Comparação com DURAMAZ 1

- Quais modificações aconteceram na configuração geográfica do sítio de estudo?

Em relação à configuração geográfica, as mudanças são importantes, mas não foram ligadas às atividades desenvolvidas pelos habitantes de São Francisco. Foi a construção da barragem, 15 quilômetros à jusante do rio Jari, que justificou o deslocamento da vila num terraço fluvial mais elevado e a reorganização desta, seguindo um plano racional distribuído ao longo de uma rua principal. A mudança na qualidade das casas é grande (o padrão

de construção é bem melhor daquele usado nas casas do Programa Minha Casa Minha Vida) em relação às casas antigas: chão de cimento, banheiros conforme as normas de higiene, água encanada em toda a Vila, etc. Além das casas, foi construída uma central elétrica solar e equipamentos esportivos e de lazer, uma estação de tratamento de água, etc. As condições de vida melhoraram, como demonstra a taxa de acesso à água encanada, que passou de 47% para 90%. No entanto, algumas dificuldades permanecem.

Em primeiro lugar, é possível desconfiar da longevidade dos equipamentos que foram instalados, especialmente tendo em vista o afastamento (que dificulta a manutenção) e as condições ambientais da Amazônia. Além disso, a Vila planejada já encontrou o seu limite. O número de casas foi calculado a partir de um censo das famílias realizado antes do início da obra da hidrelétrica, mas a população é jovem e muitos casais se formaram desde então, não sendo contemplados. Eles deverão construir as suas habitações independentemente e, provavelmente, não poderão seguir o padrão das casas planejadas. Por fim, a nova Vila encontra-se afastada do rio (o lago criado pela barragem raramente provoca um aumento do nível de água suficiente para que a água chegue até ela), o que cria vários problemas. As mulheres, por exemplo, se queixam que o sistema de tratamento da água não foi dimensionado para que possam lavar a roupa usando a água da torneira. Elas precisam da água do rio para tal fim, ora indo à beira do Iratapuru para lavar a roupa, ora carregando baldes pesados da beira até suas casas. A localização longe da beira obriga a deixar as voadeiras e motores sem vigilância a noite, o que pode causar problemas de roubo. Além disso, a nova vila carece de arborização e fica, por esse motivo, muito quente em relação às antigas moradias à beira do rio. Por essas razões, mesmo que as antigas casas devessem ser derrubadas no final da construção da Vila nova, e que a área devesse ser considerada como interditada à construção, muito provavelmente será reocupada e virará outro bairro da Vila de São Francisco.

Finalmente, ainda em relação à configuração geográfica, o alagamento da cachoeira que marcava a entrada do Iratapuru representou uma perda simbólica para a comunidade. Era o lugar onde as crianças mais brincavam

e onde também os jovens começavam a aprender a arte de passar cachoeiras com canoas. Mesmo que reconheçam os progressos trazidos pela nova Vila, os habitantes não escondem a nostalgia: “recebemos muito, mas não há dinheiro suficiente nesse mundo que pague a perda da nossa cachoeira”, reclama um comunitário.

Em relação às condições de vida, os empregos disponíveis providenciaram um inegável fluxo financeiro que se traduziu por um maior equipamento das famílias e uma modernização acentuada dos modos de vida. 83% possuem televisões (contra 62%, em 2007), 66% possuem geladeira (contra 14%, em 2007), e 87% possuem celulares (contra 0%, em 2007). Tal aumento talvez reflita em mais uma monetarização da economia do que em uma prosperidade maior, na medida em que a renda média estimada pelas famílias só aumentou de 1,8 para 2,2 salários mínimos[1].

- Quais foram as modificações em relação aos projetos e atividades que foram observados durante DURAMAZ 1?

As atividades observadas durante a primeira fase do projeto DURAMAZ (coleta de castanha-do-pará e outros produtos extrativistas, bem como produção de óleo extraído da castanha) continuam presentes. Mas, conforme já ressaltamos, encontram-se hoje marginalizadas em relação a outras fontes de renda, em particular os empregos oferecidos no âmbito da obra da hidrelétrica. Em 2007, 80% das famílias eram envolvidas na coleta da castanha e tal atividade constituía a sua principal fonte de renda. Em 2014, menos de um terço das famílias declarou a castanha como a atividade mais lucrativa. Em valor absoluto, o número foi dividido por três, passando de 30 a 10. Em comparação, as famílias que declaravam contar com um salário regular passaram de 6/34 a 23/36. A diferença entre os dois períodos é bem resumida por um comunitário entrevistado: “Antes não tinha aquela coisa do emprego aqui, a gente colhia castanha e vendia”.

---

[1] Há também de reconhecer que o poder de compra do salário mínimo aumentou bastante.

Algumas famílias souberam aproveitar do contexto da obra para desenvolver outras atividades, tal como um restaurante para os obreiros trabalhando no local, ou o aluguel de casas para alojá-los. Nesse último caso, a situação chegou a ser até paradoxal, pois as famílias alugaram as casas novas e retornaram às antigas durante esse tempo. Anota-se que, fora da pesca artesanal, tais atividades tiveram pouco efeito sobre a produção agrícola. As poucas famílias que produzem mais almejam a autossuficiência do que uma produção comercial. Sendo assim, a Vila depende muito de compras realizadas na cidade para o seu abastecimento.

A médio prazo, questiona-se se as mudanças que acabamos de descrever são temporárias ou se permanecerão. Se o fim da construção da barragem deve diminuir a oferta de empregos, nem todos desaparecerão. A hidrelétrica está obrigada por lei a manter programas de observação dos impactos ambientais e precisará de canoeiros por diversos serviços (observação das instalações, manutenção, etc.). Dada a sua exima competência na pilotagem de voadeira, e na medida em que habitam bem próximo da barragem, o que diminui bastante o seu custo de manutenção, os habitantes da Vila são muito bem colocados para continuar a ocupar essas vagas.

É provável então que, no futuro, a situação evolua para uma economia mista, na qual parte das famílias permanece dependente do extrativismo, enquanto outra parte insere-se num sistema assalariado. Mesmo que tenha sido buscada por diversos projetos, ainda não se vislumbra uma diversidade das atividades produtivas (incentivando a produção agrícola, aproveitando da forte demanda por produtos como o açaí, ou abrindo o leque das produções extrativistas). As famílias que mantêm atividades produtivas preferem, em geral, investir no melhoramento do processo de produção da castanha-do-pará. Também não fica claro o que poderá acontecer com atividades que muitos habitantes realizam fora da Vila (na cidade e nos garimpos da região) para complementar a sua renda. Caso as atividades econômicas sejam suficientes no local, desaparecerá essa estratégia ou permanecerá por ser bastante associada ao modo de vida?

- Quais os atores institucionais que se encontram no sítio hoje? Quais mudanças em relação a DURAMAZ 1? Quais as suas relações? Qual é o papel do setor público, das ONGs e do setor privado?

Como explicamos acima, os atores presentes no sítio de São Francisco do Iratapuru são basicamente os mesmos que foram observados no âmbito do projeto DURAMAZ 1. No entanto, os papéis de cada um evoluíram bastante. A Natura continua presente, ela mantém vínculos com a cooperativa e apresenta a prestação anual de contas do fundo social, além de realizar de vez em quando filmagens para o seu *marketing*. A Fundação Jari (antigamente ORSA) continua presente, mas a parceria está diminuindo.

Os atores públicos tiveram uma maior presença durante os últimos anos. A administração da RDS foi bem mais presente, entre outros, porque o gestor é um membro da comunidade, o que faz com que tenha mais legitimidade e se invista mais do que os antecessores. Isso também se deveu ao fato do governo estadual ter retomado, entre 2010 e 2014, a linha socioambiental do início dos anos 2000. Visto as mudanças que aconteceram nas últimas eleições, tal presença será provavelmente menor nos próximos anos.

O setor privado, por sua vez, teve um papel importante, principalmente ligado às compensações ambientais e à forte pressão política exercida pelo governo estadual amapaense. Tal pressão deve diminuir tanto por conta do fim das obras quanto pela menor influência da comunidade de São Francisco no novo arranjo político.

▪ Síntese e análise das informações DURAMAZ 2

- Quais são as principais conclusões sobre a questão dos jovens?

A questão das novas gerações é crucial na Vila, demonstrando um forte crescimento demográfico e onde a proporção de jovens é marcante. Anotam-se dois movimentos contraditórios: em primeiro lugar, muitos casais formam novas famílias e a tendência destes é de se instalar na Vila e não nas áreas urbanas. Muitos fatores justificam tal opção, tal como os vínculos com os

pais e a ajuda que estes oferecem para criar os filhos, ou como as atividades extrativistas que envolvem em geral várias gerações; paralelamente, observa-se uma emigração rumo à cidade de Laranjal do Jari. Começa com os jovens que querem seguir estudando para completar o ensino médio. Muitas vezes tais jovens buscam empregos que correspondem às suas qualificações. A maioria dos que poderiam pleitear na Vila (agente de saúde, professor) já são ocupados e precisam buscar outras áreas. Além disso, muitos pais preferem que seus filhos fiquem protegidos dos trabalhos pesados e acham que os empregos urbanos oferecem uma renda maior.

Tal contradição se reflete nas respostas aos questionários. Perguntados sobre o fato dos seus filhos terem futuro na Vila, 66% das pessoas respondem que sim (uma proporção equivalente aos resultados de 2007). Mas 80% colocam os estudos como a melhor opção para tal futuro. Atrás dos "estudos", há a expectativa que estes levem a empregos mais qualificados e, provavelmente, por isso a necessidade de emigrar para outras áreas onde tais empregos se localizam. No entanto, a situação dos ex-bolsistas do Fundo Natura, que acharam emprego no âmbito de um projeto financiado pelo Fundo Banco do Brasil para desenvolver a atividade econômica em torno da castanha-do-pará, pode demostrar que é possível criar vagas qualificadas no local.

Uma diferença significativa nessas respostas em relação a muitas áreas da Amazônia é o fato de que o acesso à terra e aos recursos naturais não parece ser um problema para os habitantes de São Francisco: 87% das pessoas acham que há espaço na região para os seus filhos.

- Quais são as conclusões sobre as relações com as áreas urbanas?

Igual à situação da maioria das vilas amazônicas contemporâneas, São Francisco mantém uma relação intensa com a cidade mais próxima, no caso as cidades gêmeas de Laranjal do Jari e Monte Dourado. Essas cidades formam os centros indispensáveis, de onde provem a maior parte dos bens consumidos na Vila (alimentação, roupas, construção, etc.) e também dos serviços necessitados tanto pela manutenção da Vila quanto pelas atividades

produtivas (conserto de motores de popa, por exemplo), sem falar de serviços de saúde e educação. Por fim, são também os centros de compra dos produtos extrativistas.

As relações dos habitantes com a cidade são intensas, sendo que a maioria deles dispõe de opções para passar temporadas lá, quando é necessário: casa própria (15 pessoas / 80 entrevistadas), casa dos pais (6/80) ou casa de outros parentes (45/80). Além disso, um dos projetos financiados pelo Fundo Natura foi a compra de uma casa de apoio na cidade, que completa o dispositivo. A biresidência é frequente. Algumas pessoas mantêm a família na cidade por achar que as condições de vida são melhores ou porque são casados com cônjuges oriundos de lá. Muitos jovens também residem na cidade depois de completar a sua escolaridade na vila. A atração pelo ambiente urbano não significa que rejeitem a vida na Vila. A maioria das pessoas considera que ali a vida é mais tranquila e queixam-se da insegurança constante ligada ao modo de vida urbano.

A parte mais interessante da relação com a cidade, no caso de São Francisco, é a questão do transporte. Ir e vir da Vila até à cidade implica em ir de voadeira até o porto Sabão, o que leva uns 20 minutos, e depois de percorrer uma estrada de chão por mais 30 quilômetros, o que leva em geral entre uma e duas horas, podendo ser bem complicado ou até impossível por carros normais na estação chuvosa. O custo é muito elevado, em torno de R$ 300,00 no total. Existem várias estratégias locais para contornar tal dificuldade. A primeira é de aproveitar o vai e vem ligado às atividades, tal como a remessa de castanha-do-pará ou a presença de atividades de ONG ou de órgão público. Para quem dispõe de um carro, é possível rachar o custo aceitando passageiros. Por fim, algumas pessoas dependem do caminhão da feira que os leva uma vez por mês em Laranjal do Jari, sendo mais usado como transporte público do que para vender a sua produção. A questão do transporte explica, em parte, as opções pela biresidência, pois é impossível fazer as idas e voltas para a cidade todos os dias.

- Quais são as conclusões em relação à percepção das mudanças climáticas?

A pesquisa sobre a questão do clima parece ter sido bastante influenciada pela obra da barragem, cujo impacto ambiental gerou muita preocupação. Metade das pessoas entrevistadas declararam não ter percebido mudança, mas a outra metade ligou a construção com a alteração das chuvas ou ao regime das águas, que seria hoje mais imprevisível do que no passado. Com certeza, a perícia dos habitantes em relação ao rio Iratapuru é grande, especialmente porque dependem do nível das águas para poder transpor as cachoeiras e escoar a safra de castanha. Ao mesmo tempo, a bacia do Iratapuru é pequena e as precipitações locais podem criar variações rápidas do seu nível, o que lhe dava um caráter imprevisível até antes da construção da hidrelétrica.

- Qual é a percepção das populações em relação às suas condições de vida e a sua evolução desde 2007?

Assim como observado na primeira fase do projeto DURAMAZ, os habitantes de São Francisco do Iratapuru têm uma visão bastante otimista da evolução das condições de vida, o que ecoa melhoramentos objetivos em várias áreas. As famílias destacam aumento na renda (22/36) e melhoramentos nas condições de vida (25/36). Uma diferença entre os dois períodos aparece na opinião sobre a vida da comunidade. Em 2007, conflitos internos eram perceptíveis entre a associação e a cooperativa, e menos de um terço das famílias consideravam que projetos de desenvolvimento tinham melhorada a vida comunitária. Tal proporção aumentou em 2014, chegando a 17 de 36 famílias, mas ela permanece ligeiramente minoritária. As opiniões negativas, por sua vez, regrediram fortemente: 4/36 contra 9/36 em 2007.

São os aspectos ambientais que mais preocupam os habitantes. 20/36 famílias consideram que o ambiente ficou pior contra 8/34, em 2007. Tal sensibilidade pela questão ambiental pode ser relacionada com a importância dos produtos da floresta para a subsistência na Vila. 25/36 famílias praticam a caça, 28/36 praticam a pesca, em geral pelo menos uma vez por semana.

Essas duas atividades providenciam uma parte importante (e apreciada) da alimentação. Portanto, entende-se melhor a preocupação com as mudanças que poderiam advir a partir da operação da hidrelétrica.

Apesar disso, é a barragem, não a parceria com a Natura, que é apontada como a maior causa para melhoramento das condições de vida. Foi citada por 60% das pessoas entrevistadas, contra somente 20% que apontaram o Fundo Natura.

Uma mudança da identidade extrativista?

A comunidade de São Francisco é caracterizada por uma história, uma geografia e uma identidade que remetem ao extrativismo vegetal. São essas características que fizeram dela uma área particularmente interessante pelo *marketing* dos produtos da Natura. No entanto, mudanças drásticas aconteceram nos últimos anos, notadamente com a construção da hidrelétrica de Santo Antônio. Por enquanto, a coleta da castanha parece marginalizada. Representava 80% da renda das 34 famílias entrevistadas, em 2008; enquanto somente 12 famílias declararam ter tido uma renda ligada com a castanha, em 2014. Balançando entre as atividades tradicionais e novos empregos e salários mais estáveis (pelo menos enquanto as atividades em torno da barragem se mantêm), a comunidade parece estar vivendo uma transição entre um estilo de vida "de floresta" e um padrão mais urbano. Tal transição significa que a identidade extrativista estará se apagando?

Diversos elementos levam a relativizar tal hipótese. Em primeiro lugar, várias feições do modo de vida tradicional mantêm-se, apesar das mudanças econômicas. As pessoas continuam praticando a pesca artesanal e a caça, que são importantes na alimentação, onde alimentos tradicionais, tal como o peixe, continuam predominantes. Poucas famílias (aproximadamente um terço) têm roças, mas aquilo pode ser visto como uma resistência da identidade extrativista, deixando de lado algumas atividades em função das

novas condições econômicas, as famílias preferem se manter-se ligadas à floresta, mesmo que em condições mínimas, do que se manter ligada somente à agricultura.

Por outro lado, uma análise detalhada dos dados coletados leva a relativizar um pouco o declínio aparente das atividades extrativistas. O faturamento total, estimado em 2014, chegou a R$ 337.745,00, ou seja, uma média de R$ 28.145,00 por família. É claro que o lucro final é bem menor, por volta de R$ 5.000,00 por ano, mas tal cálculo é, em geral, bastante aproximado por falta de contabilidade detalhada. Também os produtores em geral consideram muitas despesas das famílias durante a safra, como custo de produção. Por outro lado, contando uma média de 2,12 salários mínimos por família, as 23 famílias que declaram os salários como a sua maior fonte de renda faturaram por volta de R$ 423.626,00, ou seja, um pouco menos de R$ 18.500,00 por família. Aquilo representa quase quatro vezes o lucro tirado da castanha, o que pode explicar o porquê as pessoas preferirem os empregos assalariados. No entanto, a comparação não é tão favorável em termos absolutos (o faturamento dos salários é apenas 1,25 o da castanha, enquanto o número de famílias envolvidas é o dobro), e também pelo fato de que a coleta da castanha é uma atividade sazonal, que acontece em geral de março até julho. Equacionada a esses 5 meses de atividade, aparece até mais rentável do que muitos empregos. Além do mais, o fato de ela ser concentrada num breve período pode ser visto como uma vantagem, pois permite alternar com outras atividades.

As populações ligadas ao extrativismo são espertas em aproveitar as oportunidades e adaptar às suas produções ao mercado. Podemos considerar que a sua inclusão num sistema de empregos formais é mais uma maneira por parte delas de aproveitar uma oportunidade, sendo a maior parte da população ciente que é temporária, do que uma mudança radical no estilo de vida. Passar temporadas “empregado” tem sido parte do modo de vida local desde à instalação do projeto Jari na região. Mas enquanto aquilo significava,

na época, mudar temporariamente para fora da Vila, hoje em dia a novidade é a quantidade de empregos disponíveis na própria Vila.

Quando se decompõem os componentes da identidade extrativista dos habitantes de São Francisco do Iratapuru, poder-se-á constatar que ela diz respeito tanto ao rio quanto às coletas e produtos do mato. As qualidades ligadas à canoagem são muito prezadas, tanto quanto a caça ou a vida no mato. Vários empregos propostos hoje em torno da barragem necessitam dessas qualidades. Como exemplo, têm-se os postos de pilotos para levar carga ou para ajudar em programas de monitoramento do ambiente, valorizando a competência dos habitantes do Iratapuru como exímios conhecedores da fauna e da flora. Sendo assim, entende-se que ocupar tais vagas, apesar de introduzi-los em outro sistema econômico, não exclui os habitantes do seu modo de vida tradicional. Pelo contrário, valoriza um nicho de competência local. Além do mais, como ressaltamos várias vezes, há grande probabilidade que, com o fim das obras, o número de vagas diminua e boa parte das famílias voltem às atividades extrativistas. A obtenção de um importante financiamento do Fundo Banco do Brasil para fortalecer e diversificar a atividade econômica em torno da castanha-do-pará também pode incentivar para tal retomada das atividades tradicionais.

A comunidade de São Francisco está apegada ao seu modo de vida afastado da cidade, cujas qualidades são ressaltadas e contrapostas à "violência" da vida em Laranjal do Jari. Uma questão interessante é saber quanto tempo resistirá à tentação de uma ligação mais rápida com a cidade, cuja criação teria evidente vantagens práticas, mas poderia questionar todo o sistema econômico e social da Vila.

RDS Iratapuru		
Área		
Região	Bacia do rio Iratapuru (Amapá).	
Estatuto legal	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).	
Vegetação	Floresta ombrofila.	
Acesso	Combinação de meios terrestres e fluviais.	
Comunidade estudada	Vila de São Francisco do Iratapuru.	
Atividades econômicas principais	Extrativismo (castanha-do-pará), pesca e caça de subsistência.	
Aposta de sustentabilidade	Valorização da castanha-do-pará.	
Equipe de campo	F.-M. Le Tourneau, Bastien Beaufort, Égina Viana.	
Características do sítio		
	DURAMAZ 1	**DURAMAZ 2**
Área desmatada	0.1 %	0.1 %
Moradias pesquisadas	34	36
Número médio de filho por família	3.28	5.31
Condições de vida		
Acesso à rede elétrica 24hs	88.2 %	0 %
Acesso à água encanada/tratada	0 %	90 %
Custo médio para ir à cidade (R$ ida e volta)	325	250
Renda e nível de vida		
Renda média (salários mínimos)	1.80	2.11
Pessoas com meio de transporte motorizado	32.3 %	55.6 %
Pessoas com telefone celular	0 %	86.1 %
Modo de vida		
Pessoas que costumam caçar	100 %	72,2 %
Pessoas que costumam pescar	100 %	80,6 %

Tabela 1: Síntese dos indicadores para o sítio São Francisco do Iratapuru.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015